



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Eficácia das políticas de emprego e de formação profissional e utilização dos recursos

A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais afirmou recentemente que, para assegurar a utilização eficaz dos recursos públicos, é necessário proceder a uma racionalização global do “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados” e do “Regulamento da Verba Específica para as Acções de Formação Profissional”, em articulação com as actuais medidas de emprego e formação, e referiu ainda que já trocou opiniões com o Fundo de Segurança Social sobre a situação de execução dos respectivos regulamentos e as questões mais frequentes, e que no futuro irá adoptar uma atitude aberta e pragmática, auscultar e analisar as opiniões dos diversos sectores da sociedade sobre o aperfeiçoamento dos trabalhos de apoio ao emprego e de formação profissional.

Nos últimos anos, com o ajustamento da estrutura económica de Macau e a diversificação de emprego, é cada vez maior a procura por conteúdos, métodos e práticas de formação, por parte dos residentes de diferentes faixas etárias, perfil académico e experiências profissionais. Para além dos tradicionais candidatos a emprego, alguns trabalhadores no activo, os que pretendem mudar de emprego, os profissionais liberais e os empresários que pretendem adaptar-se à valorização e reconversão do sector, têm grandes expectativas quanto à pertinência e eficácia das políticas de formação.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Por outro lado, com o investimento contínuo dos recursos públicos nas diversas acções de formação e nas medidas de atribuição de subsídios, a sociedade também está preocupada com a adequação das respectivas acções de formação às necessidades reais do mercado de trabalho. Isto inclui questões como a repetição da participação nos mesmos cursos pelos formandos, o grau de correspondência entre o conteúdo da formação e o *background* dos formandos, e até se a concepção do curso pode ou não contribuir para melhorar a estabilidade de emprego e a produtividade em geral. Além disso, a recolha e avaliação contínua da vontade de participação, das necessidades reais e do *feedback* das experiências dos formandos individuais e às empresas, constituem uma referência importante para os respectivos serviços competentes optimizarem as políticas de formação e elevarem a eficácia da utilização dos recursos.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto ao aprofundamento dos trabalhos relativos ao emprego e à formação profissional, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais já procedeu a uma recolha sistemática sobre os dados dos formandos, incluindo a proporção entre os que recebem a formação pela primeira vez e os que repetem a formação, a distribuição do número de participantes nas acções de formação nos últimos dois anos, a estrutura tendo em conta a idade, habilitações académicas e experiências profissionais dos participantes, e o grau de correspondência entre o conteúdo da formação e o *background* dos formandos?
2. O Governo já procedeu a alguma recolha e análise sistemática sobre a vontade dos empresários e dos profissionais liberais em participarem nas acções de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

formação, bem como sobre as necessidades reais e as exigências dos respectivos conteúdos, para servirem de referência importante para a optimização do planeamento dos cursos e das acções de formação?

3. Se o Governo já domina esses dados e necessidades, então, já foram criados os respectivos cursos de formação? Quantos cursos foram criados? Qual é o ponto de situação das inscrições? Se ainda não foram criados esses cursos, o Governo dispõe de algum plano concreto e de alguma calendarização para o efeito?

06 de Fevereiro de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Chui Sai Peng Jose